

CUNHA LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral da; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Gramática de construções: princípios básicos e contribuições. In: OLIVEIRA, Mariangela Rios; CEZÁRIO, Maria Maura Cezário. (Org.). Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes. 1. ed. Niterói: Eduff, 2017. p. 17-46.

## **GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES: PRINCÍPIOS BÁSICOS E CONTRIBUIÇÕES**

Maria Angélica Furtado da Cunha<sup>1</sup>

Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda<sup>2</sup>

### **Introdução**

O propósito deste artigo é suscitar uma reflexão sobre o modelo de Gramática de Construções, tal como elaborado por Goldberg (1995, 2006), Croft (2001) e Traugott e Trousdale (2013), em especial. As questões que pretendemos discutir surgiram durante o minicurso que ministramos no III Simpósio Internacional de Linguística Funcional (SILF), realizado na Universidade Federal Fluminense em 2015. Esse minicurso, intitulado “Da gramaticalização de construções à construcionalização: conceitos básicos”, teve por objetivo não apenas introduzir princípios e conceitos fundamentais da Gramática de Construções como também apresentar uma visão construcional da mudança linguística.

Já que a Gramática de Construções constitui um aparato teórico relativamente recente no Brasil, ainda com poucos trabalhos de aplicação a fenômenos gramaticais do português brasileiro, este texto pretende promover um debate produtivo que possa contribuir efetivamente para o desenvolvimento de pesquisas nessa área de conhecimento.

Algumas das questões que nos interessam abordar dizem respeito: a) aos princípios básicos da Gramática de Construções; b) ao estatuto da construção; c) à formalização de contribuições da abordagem construcional da mudança.

O capítulo se encontra dividido da seguinte forma: na primeira seção, apresentamos, de forma pontual, os princípios básicos da Gramática de Construções, os quais são válidos para qualquer uma das variantes construcionistas; na segunda seção, discutimos o estatuto da construção, compreendida como o pareamento entre forma e significado; na terceira seção, formalizamos algumas das contribuições apresentadas por

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. Natal. Rio Grande do Norte. E-mail: angefurtado@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-graduação em Linguística. Juiz de Fora. Minas Gerais. E-mail: patriciafabianecunha@gmail.com.

Traugott e Trousdale (2013) a partir da proposição de um modelo que visa a tratar, de modo bastante sistemático, dos processos de mudança linguística que operam tanto na gramática como no léxico; por fim, na última seção, apresentamos nossas considerações finais.

## **1. Princípios básicos da Gramática de Construções**

Nesta seção, são apresentados, de forma sumária, os princípios básicos da Gramática de Construções, válidos para qualquer uma das variantes construcionistas. Esses princípios subjazem à discussão que pretendemos empreender sobre os pontos específicos arrolados na Introdução.

Formulada no contexto da Linguística Cognitiva, a Gramática de Construções defende o postulado de que, de uma perspectiva sincrônica, a língua é constituída de pareamentos forma-significado, as chamadas construções, organizados em rede (GOLDBERG, 2006; LANGACKER, 2008). Isso quer dizer que o conhecimento linguístico dos falantes consiste em uma rede de construções. Nesse sentido, a construção é a unidade básica da gramática (LAKOFF, 1987; GOLDBERG, 1995; 2006). A estrutura semântica de qualquer construção é mapeada diretamente na estrutura sintática superficial (GOLDBERG, 2003). Esse entendimento tem ligação direta com o próprio conceito de construção, como veremos na seção seguinte.

As abordagens construcionistas enfatizam que as línguas naturais são aprendidas, ou seja, elas são construídas com base no *input* juntamente com pressões gerais cognitivas, pragmáticas e de processamento.

Todos os níveis de análise gramatical envolvem construções: pareamentos adquiridos/aprendidos/armazenados de forma com função semântica, pragmática ou discursiva, incluindo morfemas, palavras, expressões idiomáticas, padrões parcialmente preenchidos e padrões completamente não especificados ou esquemáticos (GOLDBERG, 2006). Desse modo, a noção de construção se aplica a qualquer estrutura gramatical, incluindo tanto sua forma quanto seu significado (CROFT, 2001).

A língua, como outros sistemas cognitivos, é uma rede de nós ligados por elos e as associações entre alguns desses nós tomam a forma de hierarquias de herança (LANGACKER, 1987). A ideia de rede reflete o fato de que a língua é um sistema de

entidades interconectadas, o que ecoa, de certo modo, a caracterização saussureana de língua como um sistema de termos interdependentes.<sup>3</sup>

Traugott e Trousdale (2013) elencam alguns fatores cruciais para a noção de rede, tais como: nós e elos entre eles, a distância entre membros de uma família, feixes de propriedades, graus de fixação entre forma e conteúdo e acessibilidade de uma construção. Essa rede é dinâmica, no sentido de que novos elos e novos nós são estabelecidos continuamente. Desse modo, a língua como um todo é uma rede, em contraste com a visão mais tradicional de língua como uma gramática e um léxico. A concepção de língua como rede se adapta perfeitamente à afirmação da Linguística Cognitiva de que outros aspectos da cognição, como a visão e habilidades musicais, por exemplo, também estão estruturados como uma rede. É, também, consistente com a posição de Bybee (2010) de que a estruturação linguística emana de processos cognitivos de domínio geral, como nossa capacidade de categorizar, estabelecer relações e operar em níveis locais e globais. Logo, a organização da língua não é intrinsecamente diferente da organização de outros aspectos da cognição.

A Linguística Cognitiva e, conseqüentemente, a Gramática de Construções, compartilha vários pressupostos teórico-metodológicos com a Linguística Funcional, entre os quais, a relação estreita entre a estrutura da língua e o uso que os falantes fazem dela em contextos reais de comunicação, o que significa que a organização gramatical é moldada pelo uso da língua (BARLOW; KEMMER, 2000; BYBEE, 2010). Assim sendo, os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural. Nessa linha, a gramática é entendida como conhecimento de um sistema linguístico, como representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua; portanto, ela pode ser afetada pelo uso em situações cotidianas de interação comunicativa. A gramática é, pois, uma estrutura holística: nenhum nível é autônomo ou nuclear. Em uma construção, semântica, morfossintaxe, fonologia e pragmática funcionam articuladamente.

No que se refere à variação, tanto translinguística quanto dialetal, ela pode ser explicada por processos cognitivos de domínio geral (BYBEE, 2010; GOLDBERG, 2013) e pela existência de construções que são específicas a uma língua particular. A Gramática de Construções, assim como a Linguística Funcional, entende a regularidade

---

<sup>3</sup> Em Saussure, a ideia de sistema está apoiada na de valor e de oposição entre os signos, aspectos que não são considerados pelos construcionalistas. Esse ponto não será aprofundado aqui.

e a instabilidade da língua como motivadas e modeladas pelas práticas discursivas dos usuários no cotidiano social (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007).

## **2. O conceito de construção**

Nesta seção, interessa-nos discutir o estatuto da construção, definida pelos teóricos construcionalistas como o pareamento entre forma e significado (FILLMORE, 1988; GOLDBERG, 1995; CROFT, 2001; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013). Vale destacar que as construções são abstrações, “pieces of grammar” (KAY; FILLMORE, 1999, p. 2), que se instanciam no uso linguístico por meio de ocorrências específicas, os construtos. Logo, uma construção é uma generalização com base em construtos do mesmo tipo.

As construções são tomadas como unidades simbólicas convencionais (LANGACKER, 1987; CROFT, 2005): convencionais porque são compartilhadas por um grupo de falantes; simbólicas porque são signos, associações relativamente arbitrárias de forma e significado;<sup>4</sup> unidades porque algum aspecto do signo é tão idiossincrático (GOLDBERG, 1995) ou tão frequente (GOLDBERG, 2006) que ele é estabelecido como um pareamento forma-significado na mente do usuário da língua. Estamos diante de uma construção sempre que há evidência de que os falantes não podem prever algum aspecto da forma, da função ou do uso desse elemento com base em outro conhecimento da língua, isto é, em outra construção pré-existente.

Para a Gramática de Construções, assim como para a Linguística Funcional, não há distinção rígida entre léxico e gramática, entendidos como um contínuo que vai das palavras a sequências maiores.<sup>5</sup> A diferença entre construções lexicais e construções gramaticais reside no grau de complexidade interna de cada uma delas (GOLDBERG, 1995), de modo que a fronteira entre elas é difusa. Nessa linha, as construções diferem entre si de acordo com a função a que servem e ao tipo de entidade linguística que representam.

---

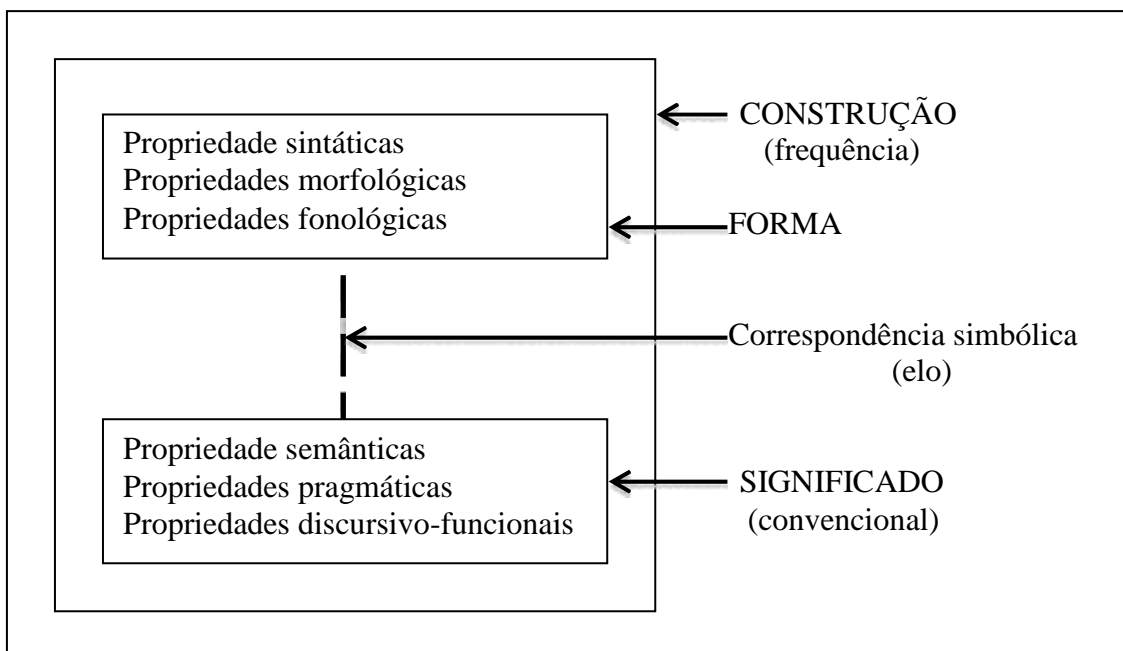
<sup>4</sup> Note-se que a noção de arbitrariedade do signo, defendida pelos construcionalistas, vai de encontro à ideia, tão cara aos funcionalistas, de motivação/iconicidade entre forma e conteúdo. Essa questão merece uma reflexão mais aprofundada que não será levada adiante neste texto.

<sup>5</sup> Vale destacar que, em seu livro de 1985, Halliday já considera que sintaxe e vocabulário fazem parte do mesmo nível, a que ele se refere como léxico-gramática.

A Gramática de Construções busca a(s) motivação(ões) para cada construção estudada. A motivação pode ser encontrada em aspectos da aquisição da língua, princípios de gramaticalização, demandas discursivas, princípios icônicos ou princípios gerais de categorização.

Há diferentes modelos linguísticos que seguem a abordagem construcional. Eles se unem em torno dos seguintes princípios gerais, compartilhados por todos: a unidade básica da gramática é a construção; a estrutura semântica é projetada diretamente na estrutura sintática; a língua, como outros sistemas cognitivos, é uma rede de nós e elos entre os nós; as associações entre esses nós são representadas na forma de hierarquias de herança; a estrutura da língua é moldada pelo uso.

Desenvolvida por Croft (2001), a Gramática de Construções Radical (GCR) está interessada na relação entre descrição gramatical e tipologia linguística. Nesse modelo, as construções são específicas à língua e as categorias são definidas especificamente à língua em termos das construções em que elas ocorrem. Por exemplo, ‘verbo intransitivo’ (V<sub>ITR</sub>) é uma categoria na construção intransitiva no inglês e no português, não na Gramática Universal. Classes de palavras como ‘nome’ e ‘verbo’ devem ser entendidas em relação a construções que expressam atos proposicionais (expressões referenciais, construções de predicação, construções atributivas/modificadoras (CROFT, 2013)). O modelo de Croft enfatiza a natureza taxonômica do conhecimento construcional, a relação de herança hierárquica entre construções mais gerais e mais específicas e a importância do uso da língua na determinação dos aspectos da estrutura linguística. A figura a seguir (CROFT, 2001, p. 18) mostra como os vínculos entre forma e significado são representados nos termos da GCR.



De acordo com Croft, o termo “significado” representa todos os aspectos convencionalizados da função de uma construção<sup>6</sup>, que pode incluir as propriedades da situação descrita pelo enunciado, as propriedades do discurso em que o enunciado é usado e as propriedades da situação pragmática dos interlocutores.<sup>7</sup>

No modelo de Traugott e Trousdale (2013), a construção é representada como  $[[F]] \Leftrightarrow [[S]]$ . F(orma) inclui SIN(taxe), MORF(ologia) e FON(ologia), ao passo que S(ignificado) compreende DIS(curso), SEM(ântica) e PRAG(mática). DIS se refere à função discursiva de uma construção, como estruturação da informação (por exemplo, tópico resumitivo) ou função conectiva (por exemplo, conjunção). Não diz respeito ao contexto discursivo em si, mas ao papel, no discurso, que uma construção pode expressar. A flecha de duas cabeças especifica o elo entre forma e significado, e os colchetes denotam que o par forma-significado é uma unidade convencionalizada. Traugott e Trousdale (2013) afirmam, ainda, que o pareamento forma-significado pode ser pensado em termos de várias dimensões, todas elas gradientes, como tamanho, grau de especificidade fonológica e tipo de conceito. Essas dimensões, vale ressaltar, aplicam-se ao par como um todo, ou seja, à construção.

Tendo em vista a definição clássica de construção, propomo-nos levantar alguns pontos críticos com relação ao estatuto das suas partes constituintes – forma e significado – e mostrar que elas não têm o mesmo peso. Entre outros aspectos, a forma acaba se estabelecendo em função do significado<sup>8</sup>, o que tem sido uma premissa da Linguística Funcional, em qualquer de suas vertentes.

Como dito anteriormente, todos os modelos da Gramática de Construções definem a construção como um pareamento de forma-significado. Embora Croft (2001) e Traugott e Trousdale (2013) especifiquem as propriedades da forma – sintáticas, morfológicas e fonológicas – e do significado – semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais – o exame de construções específicas parece indicar que os componentes da construção – forma e significado – não se encontram num mesmo nível, isto é, não têm o mesmo peso ou valor. Assim, é possível que uma construção possa ser realizada no

---

<sup>6</sup> Na formulação da Gramática de Construções, ‘convencional’ não diz respeito à natureza arbitrária da relação entre expressões linguísticas e seus significados. Refere-se ao compartilhamento, por grupos de falantes, de qualquer unidade ou prática linguística consagrada pelo uso efetivo da língua.

<sup>7</sup> É importante ressaltar que Croft, e os construcionalistas de um modo geral, não distingue significado codificado (semântico-lexical) de significado contextual (pragmático). Essa questão não será tratada aqui, embora seja relevante. Para discussão, ver Fried (2010, 2015).

<sup>8</sup> Tomado em sentido amplo, nos termos de Croft (2001) e Traugott e Trousdale (2013).

discurso por instanciações ou construtos que compartilham a mesma forma mas que diferem ligeiramente em termos de significado.

Os modelos de gramática de construções baseada no uso propõem dois tipos de elos que organizam as construções em uma rede: os relacionais e os de herança. Interessa aqui o primeiro deles. Entre os elos relacionais, encontram-se os de polissemia, que descrevem os elos semânticos entre o sentido prototípico de uma construção e suas extensões. As especificações sintáticas do sentido central, prototípico são herdadas pelas suas extensões, de modo que não é necessário determinar a realização sintática para cada extensão. Nesse caso, embora as especificações sintáticas sejam as mesmas, as semânticas são diferentes. É o que se dá com a construção ditransitiva, por exemplo, tanto em inglês quanto em português.

O sentido central da construção ditransitiva no português (FURTADO DA CUNHA, 2013) é, como em inglês (GOLDBERG, 1995) e em espanhol (GARCÍA-MIGUEL e COMESAÑA, 2004), “agente faz com que o recipiente receba o paciente”, isto é, o significado de transferência associado a verbos de oferecimento, cujo protótipo é *dar*. A associação dos papéis argumentais da construção – agente, paciente, recipiente – com uma relação gramatical – sujeito, objeto direto, objeto indireto – é perfilada construcionalmente, refletindo o pareamento forma-significado. Além do sentido central, Goldberg (1995) arrola cinco outros sentidos da construção ditransitiva no inglês, relacionados ao grau de êxito da transferência e envolvendo classes de verbos similares. São eles: verbos de *dar* com condições de satisfação associadas (sentido B, *guarantee, promise*), de *recusa* (sentido C, *refuse, deny*), de *transferência futura* (sentido D, *leave, bequeath*), de *permissão* (sentido E, *permit, allow*), de *criação* e de *obtenção* (sentido F, *build, cook, get, earn*). Esses outros sentidos, que se afastam em alguma medida do sentido central, podem ser tomados como os subesquemas propostos por Traugott e Trousdale (2013), ao passo que as classes de verbos que os instanciam são perfiladas pelas microconstuções.

Para o português, além dos verbos diretamente vinculados ao sentido central da construção ditransitiva, Furtado da Cunha (2013) arrola outros que se distanciam desse sentido, conquanto a oração em que ocorram se conforme ao padrão S V OD OI. Veja-se:



(1) ... eu liguei pro escritório dele... marquei a entrevista... aí a entrevista foi ótima e tal... mas:: acontece que o meu horário era incompatível com o deles... foi super bom pra mim porque... poxa... *me ofereceram um trabalho...* (D&G/Rio, fala)<sub>[SEP]</sub>

(2) ... ela acabou tomando comprimido e tudo pra morrer e nisso ele descobre e *ela deixou um bilhete pra ele* e qualquer coisa assim ... (D&G/Natal, p. 183, fala)<sub>[SEP]</sub>

(3) ... então ficou naquele negócio ... *ela fazia as cartas pra pessoa* que ela gostava e ainda tinha que responder de novo pra amiga ... (D&G/Natal, p. 183, fala)

A oração ditransitiva em (1) corresponde ao sentido B postulado por Goldberg (1995): condições de satisfação implicam que o agente faz com que o recipiente receba o paciente. A transferência só se completa se o recipiente aceitar o oferecimento. No segmento em (2), o verbo *deixar*, usado numa configuração ditransitiva, aproxima-se do sentido D: agente age para fazer com que o recipiente receba o paciente em algum ponto no futuro. O verbo *fazer*, codificado com ditransitivo em (3), está relacionado ao sentido F de Goldberg: agente tenciona fazer com que o recipiente receba o paciente. Com verbos de criação, como *fazer*, não há certeza ou garantia de que o recipiente necessariamente receberá o objeto criado pelo agente com essa intenção. Desse modo, uma construção pode ser pensada em termos de gradiência, de contínuo, a partir do sentido central, prototípico, até os sentidos que mais se distanciam dele. Tomando-se a construção ditransitiva como uma categoria, alguns membros dessa categoria são “melhores” do que outros, conforme postula a teoria dos protótipos (LAKOFF, 1987; TAYLOR, 1995). Além do sentido central de transferência, é uma propriedade relevante dessa categoria a presença dos argumentos agente, paciente e recipiente os quais se fundem com os papéis participantes lexicalmente perfilados pelos verbos licenciados pela construção, de acordo com o Princípio de Correspondência (GOLDBERG, 1995).

A existência de sentidos diferentes atribuídos à mesma construção, ou, dito de outro modo, a possibilidade de uma mesma forma transmitir sentidos diferentes, ainda que estreitamente relacionados, leva à conclusão de que os elementos do par forma-significado não têm o mesmo estatuto, uma vez que a forma pode não se alterar, mas o significado sim. Nessa linha de reflexão, observe-se o Princípio da Não-Sinonímia, formulado por Goldberg (1995): “se duas construções são sintaticamente distintas, tais

construções devem ser também distintas semântica ou pragmaticamente”.<sup>9</sup> Isso indica que o mesmo significado não pode ser expresso por duas formas diferentes, embora a mesma forma possa expressar significados diferentes.

Ao discutir a natureza do significado construcional, Goldberg (1995) afirma que as construções são tipicamente associadas a uma família de sentidos relacionados, e não a um único sentido abstrato e fixo. A autora argumenta que, uma vez que as construções são tratadas como o mesmo tipo de dado básico que os morfemas, é esperado que elas tenham sentidos polissêmicos do mesmo modo que os morfemas. Além da polissemia da construção ditransitiva, em seu livro Goldberg trata também da polissemia da construção de movimento causado e da construção com *way*.

Na mesma direção, Traugott e Trousdale (2013) referem-se aos elos polissêmicos que dão conta das ligações semânticas entre o sentido prototípico de uma construção e suas extensões. Esclarecem que tais elos de polissemia dizem respeito ao nível do subesquema, não ao nível das microconstruções individuais, o qual compreende as classes de verbos licenciadas por cada microconstrução. Nesses casos, embora as especificações sintáticas sejam as mesmas, as semânticas são diferentes. Com base em Goldberg (1995), citam, como exemplo, a construção ditransitiva.

O fato de uma mesma configuração sintática poder veicular sentidos relacionados, mas diferentes, sugere que, na construção, há uma certa priorização da contraparte correspondente ao significado, ao passo que a preservação da forma não é discutida. O ponto que queremos destacar é que tanto a definição de construção como um par forma-significado quanto o modo como essa definição é adotada e aplicada pelos construcionalistas não deixam claro que nesse par os elementos constitutivos não têm o mesmo estatuto. Isso faz surgir uma questão relevante, que diz respeito exatamente ao nivelamento ou não de forma e significado, ou, em última análise, de sintaxe, semântica e pragmática. Um dos pressupostos básicos da Linguística Funcional é que a função de um elemento linguístico motiva sua forma, em uma trajetória unidirecional função  $\Rightarrow$  forma. Nesse sentido, postula-se uma ascendência do componente pragmático sobre o componente semântico, e do semântico sobre o sintático, de tal modo que a sintaxe da oração, por exemplo, veicula o sistema semântico

---

<sup>9</sup> Goldberg (1995) esclarece que os aspectos pragmáticos das construções envolvem peculiaridades relativas à estrutura da informação, como tópico e foco, e fatores estilísticos, como registro.

da língua, o qual, por sua vez, organiza os acontecimentos da realidade. Está claro, contudo, que os domínios da sintaxe, semântica e pragmática são relacionados e interdependentes (FURTADO DA CUNHA; COSTA, 2001). Um dos avanços da abordagem construcional da gramática reside na reelaboração dessa trajetória, que passa a considerar a correlação função  $\Leftrightarrow$  forma. Haveria, pois, uma espécie de reabilitação ou resgate da forma, em sentido inverso ao do funcionalismo clássico (OLIVEIRA, 2015). Cumpre salientar que, embora a forma seja um fenômeno de superfície, é por meio dela que se podem apreender a(s) função(ões) de uma construção. Nosso intuito, ao levantar essas questões, é o de propor uma reflexão sobre um conceito teórico que estamos começando a aplicar em nossas pesquisas.

Um outro ponto associado ao pareamento forma-significado tem a ver com a afirmação de Fillmore (1989, p. 18) de que “uma construção se destina a uma função particular na criação de enunciados significativos na língua”. Fried (2015) argumenta que essa afirmação sugere uma distinção entre a função de uma construção como um componente da gramática e o significado de uma expressão linguística, isto é, um construto. Segue-se, daí, que não se espera, necessariamente, que as construções tenham um significado no sentido de conteúdo semântico específico. Embora algumas tenham, como as construções de estrutura argumental (GOLDBERG, (1995), nem todos os padrões sintáticos envolvem significado do mesmo modo. Tais padrões, segundo Fried, incluem a construção de Modificação (exemplificada por *new car, blue ink*), a construção Sujeito-Predicado (*Dogs bark, The boat capsized*), a construção SV (*reads poetry, found a mistake*). O que é convencional nesses padrões é sua função sintática, como modificação, concordância, nucleamento etc. Para Fried, essas construções representam configurações que são usadas pelos falantes para expressar uma organização linear; embora os falantes saibam de que consistem lexicalmente os construtos licenciados por elas, argumenta Fried, o conteúdo semântico da expressão total (ou seja, o construto, e não a construção) pode ser obtido composicionalmente, “somando” o significado das palavras que instanciam o padrão gramatical no discurso. O que é construcional, isto é, não composicional, nessas configurações, prossegue Fried, é a relação funcional entre seus constituintes. Para exemplificar, a linguista toma a construção SV. O estatuto construcional do padrão Sujeito-Predicado em inglês (e em português) deriva do fato de que ele codifica uma relação evento-participante particular,

não previsível, a qual é diferente de uma relação evento-participante codificada por um Sintagma Verbal. Em outras palavras, não é uma propriedade inerente dos Nomes ou dos Sintagmas Nominais desempenhar a função de sujeito; é somente em virtude de ocorrer em uma combinação (construção) específica, convencional, com um verbo finito que lhes é atribuído esse papel gramatical. Logo, conclui Fried, o que constitui o significado do padrão [Nome-Verbo finito] é o fato de que a combinação expressa uma relação Sujeito-Predicado. É nesse sentido abstrato que essa construção pode ser considerada não composicional. Se há ou não restrições específicas (semânticas, pragmáticas ou outras) sobre os constituintes internos, tais como animacidade ou delimitação contextual do referente do sujeito, isso depende da língua em questão. Não é, pois, o caso de que a Gramática de Construções estabeleça um inventário das construções que podem ser composicionais e depois “acrescente” significado a elas, a fim de torná-las não composicionais. O próprio fato de que dois (ou mais) componentes formam um padrão gramatical convencional que desempenha, como um todo, uma função identificável em um contexto sintagmático mais amplo que os falantes reconhecem como tal dá a essa combinação seu *status* construcional.

Assim sendo, nem todas as construções de uma língua têm significado no sentido de conteúdo semântico específico. As construções de estrutura argumental têm, conforme comprovado por Goldberg (1995), mas estas representam apenas um tipo de construção: as que manipulam o significado inerente de predicados por meio da elaboração de sua valência.

Esse é um outro ponto em que se pode apontar divergência entre o que se considera a função de uma construção – que pode ser exclusivamente sintática para alguns tipos de construção – e o significado de um construto – conteúdo semântico específico de uma dada ocorrência. Assim, as construções apresentam diferenças no que diz respeito à sua natureza mais sintática (construção S-V) ou mais semântica (construções de estrutura argumental). Além disso, Fried põe em xeque o próprio entendimento da propriedade da composicionalidade, que pertence à construção, mas não ao construto. Desse modo, embora a não composicionalidade seja definidora da construção, ela não se aplica aos construtos, a não ser nos casos de idiomatismos. Vale lembrar que uma propriedade fundamental de qualquer construção é que ela é mais do que a soma de suas partes e, portanto, tem um significado que não pode ser derivado

composicionalmente das propriedades de seus constituintes. As construções são signos, logo, não composicionais.

A discussão proposta por Fried remete à contraparte do significado no modelo de Croft, que inclui propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais. No caso da construção S-V, por exemplo, não haveria propriedades semânticas atribuídas a ela. Logo, observa-se que há diferenças também quanto às propriedades que caracterizam as construções de diferentes níveis de análise em uma língua.

### **3. A abordagem construcional da mudança: delimitando contribuições**

Nesta seção, discutiremos, de maneira pontual, como a publicação da obra *Constructionalization and Constructional Changes*, por Traugott e Trousdale, em 2013, traz importantes contribuições para o tratamento sistemático de processos de mudança linguística. Ao proporem um modelo teórico para a compreensão da mudança, os autores assumem a centralidade da noção de rede construcional e defendem que a língua, tanto no que se refere à gramática quanto ao léxico, constitui-se a partir de redes taxonômicas de construções, as quais seriam hierarquicamente constituídas e organizadas. Nesse sentido, ao tratarmos de alguns dos conceitos (re)formulados pelos autores, nossa intenção é delimitar em que medida sua proposta teórica se aproxima ou se distancia – de algum modo – de outras abordagens que também assumem a construção – entendida como o pareamento entre forma e significado (GOLDBERG, 1995) – como sendo a unidade básica da língua. Desse modo, nossa intenção é destacar de que modo o modelo proposto por Traugott e Trousdale (2013) traria aproximações ou (certos) distanciamentos em relação à Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001, 2013; CROFT & CRUSE, 2004; TROUSDALE, 2008) e à abordagem da gramaticalização de construções (TRAUGOTT, 2003, 2008a, 2008b, 2009).

O termo construção, tal como concebido por Traugott e Trousdale (2013), advém da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001, 2013; CROFT; CRUSE, 2004; dentre outros), a qual se desenvolveu no âmbito da Linguística Cognitiva. Baseando-se na definição proposta por Goldberg (1995), Traugott e Trousdale (2013) assumem que as construções são unidades simbólicas e convencionais

que se estabelecem a partir do pareamento entre forma e significado. E, nesse caso, baseando-se na proposta da *Radical Construction Grammar* (CROFT, 2001, 2013), os autores também partem do princípio de que nenhuma construção existe isoladamente, isto é, o sistema linguístico seria organizado em redes taxonômicas hierarquicamente organizadas, representando um inventário estruturado de unidades simbólicas e complexas que compõem o conhecimento dos falantes sobre a língua. E, nesse contexto, cada construção constituiria um nó separado da rede. Embora observemos que a proposta de Traugott e Trousdale (2013) se aproxime da Gramática de Construções em muitos aspectos – principalmente, ao conceber que a unidade básica da língua seja a construção e ao assumir a língua como um inventário de redes construcionais organizadas de modo hierárquico (CROFT, 2001) –, há algumas diferenças pontuais a serem demarcadas.

A partir das proposições realizadas por Traugott e Trousdale (2013) em sua obra, identificamos, neste trabalho, três questões abordadas pelos autores que, a nosso ver, constituem sua contribuição em relação a alguns dos pressupostos assumidos pela Gramática de Construções (GOLDEBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001, 2013; CROFT; CRUSE, 2004; dentre outros) e pela abordagem da gramaticalização de construções (TRAUGOTT, 2003; 2008a; 2008b; 2009). São elas: a) a proposição de um modelo voltado exclusivamente para o tratamento da mudança linguística a partir da compreensão de que as construções que emergem na língua são organizadas em redes taxonômicas hierarquicamente constituídas e organizadas; b) a proposição de um modelo que compreende a mudança linguística a partir de duas diferentes dimensões, as quais os autores intitulam de mudança construcional e construcionalização; c) a proposição de um modelo que visa a dar conta, de maneira sistemática, da mudança que ocorre tanto na gramática quanto no léxico.

A seguir, trataremos de cada uma das questões acima elencadas, destacando e discutindo de que maneira o trabalho de Traugott e Trousdale (2013) traz contribuições que, a nosso ver, são fundamentais para (re)dimensionar o tratamento que usualmente tem sido conferido à análise de processos de mudança linguística.

Apesar de observarmos que a proposta de Traugott e Trousdale (2013), de fato, se aproxime da Gramática de Construções em muitos aspectos, há uma diferença bastante pontual a ser demarcada: uma das contribuições de Traugott e Trousdale (2013)

advém, como destacamos acima, da proposição de um modelo que visa a dar conta, preponderantemente, da mudança linguística, tanto no léxico como na gramática, a partir da noção de rede construcional. A esse respeito, os autores afirmam o seguinte:

Nossa proposta neste livro foi explorar caminhos através dos quais a mudança linguística pode ser conceptualizada a partir da perspectiva da gramática das construções cognitivas, em sentido *lato*. A contribuição central de uma perspectiva construcional, para se repensar o que já trabalhou previamente a respeito da mudança, consiste em um encorajamento teórico que nos faz tratar a mudança tanto na forma como no significado igualmente, assim como nos leva a considerar a instanciação [de redes construcionais] e as mudanças nas relações entre construções em uma rede. É por essa razão que nós advogamos a favor da noção de rede ao longo do livro (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013, p. 231).

Com a intenção de sistematizar um modelo que dê conta do tratamento da mudança linguística a partir da noção de rede construcional, Traugott e Trousdale (2013) assumem a co-ocorrência das propriedades de esquematicidade, produtividade e composicionalidade, as quais estariam envolvidas em vários estágios do processo de mudança.

A propriedade da composicionalidade refere-se ao nível de transparência da ligação entre forma e significado. Do ponto de vista construcional, a composicionalidade é entendida, nesse caso, em termos de convergência (*match*) ou não (*mismatch*) entre aspectos da forma e aspectos do significado.

Nesse caso, a convergência – ou *match* – se daria quando o falante produz, do ponto de vista sintático, uma sequência e o interlocutor, ao compreender o significado de cada item em particular, depreende o significado do todo. Já a divergência – ou *mismatch* – ocorreria quando não há correspondência entre o significado de cada item particular e o significado do todo. E, nesse contexto, a ocorrência de divergência – ou *mismatch* – estaria relacionada à ausência de alinhamento entre as expectativas do falante e do interlocutor no momento da interação. A esse respeito, como destaca Traugott (2011), a instanciação de novos padrões construcionais na língua estaria relacionada ao fato de falante e interlocutor não constituírem imagens refletidas um do outro, apresentando um *status* cognitivo diferente. Isso quer dizer que, de fato, a mudança se processa no uso a partir de contextos dialógicos, que envolvem, recorrentemente, uma constante negociação entre falante e interlocutor.

Já a esquematicidade constitui, segundo Traugott e Trousdale (2013, p. 13), “a propriedade de categorização que crucialmente envolve abstração”. A noção de esquematicidade está, segundo os autores, intrinsecamente relacionada à noção de rede construcional, uma vez que as mudanças linguísticas seriam interligadas e as construções da língua estariam relacionadas a partir do estabelecimento de redes taxonômicas hierarquicamente organizadas. Vale ressaltar aqui que a noção de rede construcional desempenha um papel fundamental, por exemplo, também nos modelos propostos por Croft (2001, 2013) e Langacker (2008). Para Croft (2001), devem ser reconhecidas as diferenças e as similaridades entre construções. E, nesse caso, a partir de uma perspectiva taxonômica, o autor estabelece uma relação, de natureza hierárquica, entre construções de caráter mais geral e construções de caráter mais específico. Já para Langacker (2008), a língua deve ser interpretada como um inventário estruturado de unidades convencionalizadas e organizadas em redes.

A fim de sistematizar a propriedade da esquematicidade em termos mais práticos, os autores operam com a distinção entre quatro níveis de abstração a partir do quais se estabeleceriam as redes construcionais. São eles: construto, microconstrução, subesquema e esquema<sup>10</sup>.

Os construtos consistem em ocorrências atestadas empiricamente, caracterizando-se como sendo o *locus* da mudança. Nesse sentido, estão relacionados à frequência *token*, a qual diz respeito ao número de ocorrências de determinada construção (BYBEE, 2003, 2006, 2011). Por sua vez, as microconstruções compreendem as construções individuais propriamente ditas, que já se encontram convencionalizadas e produtivas na língua. Já os subesquemas envolvem o conjunto de similaridades que é observável entre construções individuais diversas. Por fim, os esquemas possuem uma natureza altamente abstrata, compreendendo as construções mais genéricas da rede e abarcando as estruturas complexas com possibilidades diversas de preenchimento (*slots*). No nível da microconstrução, do subesquema e do esquema, verifica-se a presença da frequência *type*, a qual, segundo Bybee (2003, 2006, 2011), relaciona-se ao número de expressões possíveis para uma determinada categoria.

---

<sup>10</sup> Destacamos aqui que Traugott (2008a, 2008b) opera, na abordagem da gramaticalização de construções, com a diferença também entre quatro níveis de abstração, a saber: construto, microconstrução, mesoconstrução e macroconstrução. Entretanto, como discutiremos no fim desta seção, há diferenças bastante pontuais entre as proposições da abordagem da gramaticalização de construções (TRAUGOTT, 2003; 2008a; 2008b; 2009) e a proposta de Traugott e Trousdale (2013).



A organização das construções da língua nos níveis definidos acima aponta que: a) a partir do momento que uma inovação (construto) é convencionalizada na língua, se tornando produtiva, há a emergência de uma microconstrução; e b) há uma organização hierárquica entre os diferentes níveis que compõem uma rede construcional.

Embora a abordagem da gramaticalização de construções proposta por Traugott (2008a, 2008b) também se baseie em quatro níveis de esquematicidade – construto, microconstrução, mesoconstrução e macroconstrução<sup>11</sup> para o tratamento da mudança de natureza gramatical, há diferenças bastante pontuais entre a proposição da autora e a proposição de Traugott e Trousdale (2013).

Baseando-se principalmente no modelo de Croft (2001), Traugott (2008a, 2008b) considera que, para apreendermos as similaridades e as diferenças entre construções e, até mesmo, entendermos o processo de gramaticalização de cada construção individualmente, deveriam ser levados em consideração os quatro níveis que ela assume.

Apesar de considerar quatro níveis de esquematicidade, a abordagem da gramaticalização de construções – tal como a concebe Traugott (2008a, 2008b) – não dimensiona, da maneira como fazem Traugott e Trousdale (2013), um conjunto de propriedades – esquematicidade, produtividade e composicionalidade – que estaria intrinsecamente relacionado, em sentido estrito, à emergência de novos padrões construcionais e, em sentido *lato*, à própria (re)configuração das redes construcionais existentes na língua. Como discutiremos mais adiante, uma evidência disso seria o fato, por exemplo, de a propriedade da produtividade estar, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), diretamente relacionada à propriedade da esquematicidade, uma vez que o aumento da produtividade de determinado padrão construcional estaria vinculado ao grau de extensibilidade apresentado por determinado (sub)esquema.

---

<sup>11</sup> Segundo Traugott (2008a, p. 236; 2008b, p. 6), os quatro níveis adotados na abordagem da gramaticalização de construções são definidos da seguinte maneira: a) as macro-construções envolvem a noção de esquema, compreendendo as construções mais genéricas da rede e abarcando as estruturas complexas com possibilidades diversas de preenchimento; b) as mesoconstruções envolvem o conjunto de similaridades que é observável entre construções individuais diversas; c) as microconstruções envolvem propriamente as construções individuais; e d) os construtos envolvem as ocorrências (*tokens*) das microconstruções que são empiricamente atestadas, sendo, portanto, o *locus* da inovação.

Vemos, portanto, que a proposta de Traugott e Trousdale (2013) promove uma sistematização de importantes aspectos intimamente relacionados à noção de esquematicidade – e por extensão, de rede construcional – no tratamento da mudança. Além disso, como discutiremos mais adiante, os autores também trazem contribuições substanciais ao promoverem um redimensionamento do tratamento modular que, tradicionalmente, é conferido à mudança de natureza gramatical e à mudança de natureza lexical, as quais, de maneira usual, são estudadas, respectivamente, como processos de gramaticalização e de lexicalização. Para os autores, princípios similares – ou de natureza muito próxima – operariam tanto na mudança lexical como na mudança gramatical, o que novamente nos leva a considerar que o modelo proposto por Traugott e Trousdale (2013), de fato, se apresenta como uma proposta bastante integrada e sistemática para o tratamento da mudança linguística a partir de uma perspectiva construcional.

No que se refere à propriedade da produtividade, Traugott e Trousdale (2013) consideram que uma construção seria considerada produtiva ou não na língua em decorrência do grau de extensibilidade ou de restrição do(s) (sub)esquemas a que está vinculada. Nesse sentido, como já sinalizado anteriormente, a noção de produtividade está intimamente relacionada à noção de (sub)esquema, visto que um (sub)esquema é considerado altamente produtivo quando sanciona um número considerável de padrões microconstrucionais. A esse respeito, Traugott e Trousdale (2013, p. 17) afirmam o seguinte:

Na nossa concepção, a produtividade de uma construção é gradiente. Ela envolve esquemas (parciais) e diz respeito i) à sua ‘extensibilidade’ (BARÐDAL, 2008), que compreende o grau em que eles sancionam outras construções menos esquemáticas, e ii) ao grau em que eles são restringidos (BOAS, 2008).

A produtividade de uma construção estaria também indiscutivelmente relacionada, como destacam os autores, à noção de frequência, a qual compreende, nos termos de Bybee (2003, 2006, 2011) – como já salientado acima –, a frequência *token* e a frequência *type*. Enquanto a frequência *token* está relacionada à extensão de uso de determinado construto por parte dos falantes, a frequência *type* está relacionada, como destacam Traugott e Trousdale (2013), ao fenômeno que Himmelmann intitula de *host-class expansion*, uma vez que as construções, ao possuírem natureza relacional e

(relativamente) esquemática, podem, ao longo do tempo, ser empregadas em diferentes colocações. Vale ainda ressaltar que, no caso da frequência *token*, seu levantamento pode fornecer evidências empíricas – conforme já apontado – de que as inovações que emergem no fluxo da interação, de fato, estão se padronizando/regularizando na língua como construções formalmente identificáveis. Isso quer dizer que a rotinização de determinado construto está relacionada à sua identificação na língua como um padrão de natureza microconstrucional.

Após abordar a contribuição de Traugott e Trousdale (2013) no que se refere à proposição de um modelo voltado para o tratamento da mudança linguística a partir da noção de rede construcional, passaremos ao que enumeramos, no início desta seção, como a segunda contribuição dos autores: a proposição de um modelo que compreende a mudança linguística a partir de duas diferentes dimensões – mudança construcional e construcionalização. Como afirmam Traugott e Trousdale (2013, p. 20), a distinção entre construcionalização e mudança construcional “não tem sido realizada em outros trabalhos sobre mudança baseados na perspectiva construcional [...] ou, caso tenha sido realizada, essa distinção é apresentada de modo diferente”.

Como assumem os autores, a construcionalização envolveria a instanciação de novas (combinações de) construções a partir do pareamento entre forma e significado. A construcionalização, ao consistir na criação de um novo par forma- significado, resulta de uma sucessão de micropassos (*small-steps*), revelando o caráter de gradualidade que caracteriza o processo de mudança. Nesse sentido, a construcionalização está relacionada à neanálise<sup>12</sup>, a qual é compreendida pelos autores como a ocorrência de “pequenos passos em uma mudança construcional” (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013, p. 36)<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Traugott e Trousdale (2013) optam pelo uso do termo neanálise em vez de reanálise. O termo reanálise foi proposto na década de 1970. E, nesse contexto, o trabalho de Langacker (1977) é considerado fundador. De acordo com o autor, a reanálise compreenderia a mudança na estrutura de uma expressão ou de uma classe de expressões que não envolve modificação imediata ou intrínseca na sua manifestação superficial. Entretanto, para Traugott e Trousdale (2013), o termo reanálise é problemático. Do ponto de vista terminológico, o problema decorreria de não se poder analisar novamente (“re”analisar) uma construção que ainda não foi internalizada: se a construção não foi internalizada, o usuário apenas a analisa de um modo diferente. Dessa forma, os autores argumentam que a melhor nomenclatura seria neanálise, tal como propõe Andersen (2001).

<sup>13</sup> Além de abordarem o papel do mecanismo da neanálise, Traugott e Trousdale (2013) também tratam do papel fundamental desempenhado pelo mecanismo da analogização no processo de mudança. A analogização – atração a partir de exemplares já existentes – é concebida como um mecanismo de mudança que, ao tomar como base um determinado padrão fixo na língua, assume esse padrão para novos realinhamentos. E esses realinhamentos, responsáveis pela atribuição de novos significados ou de novas

Por sua vez, a mudança construcional afeta os subcomponentes de uma construção já existente, sejam eles constituintes da forma (subcomponentes de natureza fonética, morfológica e sintática) ou do significado (subcomponentes de natureza semântica, pragmática e discursiva). Desse modo, a mudança construcional configura-se como uma mudança que afeta uma dimensão interna da construção, não envolvendo a criação de um novo nó na rede construcional.

As mudanças construcionais que precedem e possibilitam a construcionalização envolvem, tipicamente, expansão pragmática, semanticização do componente pragmático, *mismatch* entre forma e significado e algumas pequenas mudanças distribucionais. Essas mudanças construcionais são denominadas, por Traugott e Trousdale (2013), de pré-construcionalização (PreCxzn CC). Por outro lado, a construcionalização pode ser seguida por mudanças construcionais, o que configuraria a pós-construcionalização (PostCxzn CC). Nesse caso, a pós-construcionalização envolveria, tipicamente, a expansão de colocações e também a ocorrência de redução morfológica e/ou fonológica.

A partir da diferenciação entre construcionalização e mudança construcional, podemos, então, observar que, de fato, os autores assumem como fundamental uma compreensão mais detida, fundamentada e abrangente do processo de mudança, visto que buscam compreender, de maneira bastante rigorosa, os processos que concorreriam – em um sentido mais estrito – para a emergência de novos padrões construcionais e de esquemas abstratos a que estariam vinculadas as novas construções instanciadas na língua. Isso se torna ainda mais pontual e evidente ao tratarmos do que foi elencado, no início desta seção, como sendo a terceira contribuição da abordagem construcional da mudança formulada por Traugott e Trousdale (2013): a proposição de um modelo que visa a dar conta, de modo sistemático, da mudança que ocorre tanto na gramática quanto no léxico.

Como já destacamos anteriormente, para os autores, a construcionalização opera tanto no nível da gramática como no nível do léxico. Nesse sentido, os autores

---

formas aos padrões já existentes, envolvem o mecanismo da neanálise. Nesse sentido, como destacam os autores, a analogização promoveria o alinhamento do novo par forma- significado (ou microconstrução) – a partir de representações exemplares – em uma nova construção dentro de um esquema maior. E o esquema, conseqüentemente, se tornaria cada vez mais abstrato a fim de reunir, ao longo do tempo, um maior número de construções.

propõem que se fale em construcionalização gramatical e em construcionalização lexical. Enquanto a construcionalização gramatical consiste no desenvolvimento de um par forma- significado que possui função gramatical/procedural, a construcionalização lexical, por sua vez, consiste no desenvolvimento de um par forma- significado que possui função lexical/referencial<sup>14</sup>. Traugott e Trousdale (2013) também destacam que pode haver diferenças no que se refere à gradualidade do desenvolvimento de construções gramaticais e de construções lexicais: enquanto o desenvolvimento de construções gramaticais é gradual, a emergência de construções lexicais pode ser instantânea.

Além disso, ao promoverem uma diferenciação entre a construcionalização gramatical e a construcionalização lexical, os autores consideram que esses dois tipos de construcionalização envolvem diferentes tipos de mudança em relação à esquematicidade, à produtividade e à composicionalidade. Para os autores, a construcionalização gramatical relaciona-se a um aumento de esquematicidade e de produtividade e a um decréscimo de composicionalidade. Já a construcionalização lexical, embora envolva decréscimo de composicionalidade, pode estar relacionada também a um decréscimo de esquematicidade e de produtividade caso o esquema seja caracterizado por um processo de redução no decurso do tempo. A esse respeito, Traugott e Trousdale (2013, p. 193) propõem o seguinte quadro a fim de sistematizar as aproximações e os distanciamentos entre construcionalização gramatical e construcionalização lexical no que se refere às propriedades de esquematicidade, produtividade e composicionalidade:

Quadro 1 - Esquematicidade, produtividade e composicionalidade na construcionalização gramatical e na construcionalização lexical de acordo com Traugott e Trousdale (2013, p. 193)

	Construcionalização lexical	Construcionalização gramatical
Esquematicidade	Ampliação do esquema: aumento de esquematicidade  Diminuição do esquema: redução de esquematicidade	Aumento de esquematicidade
	Ampliação do esquema:	

<sup>14</sup> Enquanto as construções de natureza lexical (as quais se associam às categorias N, V e ADJ) são usadas referencialmente, as construções gramaticais apresentam sentido abstrato e podem assinalar, por exemplo, relações linguísticas (ex.: marcação de caso e aspecto), perspectivas (ex.: modalidade) e orientação dêitica (ex.: grau de definitude e tempo).

Produtividade	aumento de produtividade Diminuição do esquema: redução de produtividade	Aumento de produtividade
Composicionalidade	Redução de composicionalidade	Redução de composicionalidade

Ainda no que se refere à terceira contribuição de Traugott e Trousdale (2013) que elencamos nesta seção, observamos que os autores assumem uma perspectiva não-modular acerca da língua, uma vez que: a) consideram a existência de uma relação de continuidade entre a gramática e o léxico; e b) entendem que os diferentes níveis de análise (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática e discurso) devem ser vistos e estudados de forma integrada. Dessa maneira, ao assumirem que a construcionalização se realiza tanto na gramática como no léxico, os autores buscam fornecer um modelo que realmente visa a tratar, de forma sistemática, da mudança linguística. A esse respeito, como afirmam Traugott e Trousdale (2013, p. 151), “[...] como discutido ao longo deste livro, a abordagem construcional baseia-se em uma abordagem não-modular acerca da língua”. Em outro momento, os autores realizam também a seguinte afirmação sobre a adoção de uma visão não-modular acerca do processo de mudança na gramática e no léxico: “[ ] uma vez que as mudanças lexicais e gramaticais constituem um continuum entre o polo de conteúdo e o polo procedural, elas precisam ser vistas como complementares, e não como ortogonais” (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 232).

Vemos, desse modo, que a proposta de Traugott e Trousdale (2013) vem como uma resposta ao tratamento que é conferido separadamente à gramática e ao léxico pelas abordagens que estudam, respectivamente, processos de gramaticalização e de lexicalização. E é justamente, por isso, que consideramos que a proposta dos autores avança, de forma substancial, no tratamento da mudança. Ao buscarem princípios correlatos para a explicação das mudanças que operam tanto na gramática como no léxico, Traugott e Trousdale (2013) estariam, de fato, a partir de uma perspectiva construcional, propondo um modelo integrado para o estudo da mudança linguística em um âmbito mais geral.

### **Considerações finais**

Neste trabalho, propusemos uma discussão acerca de questões que julgamos relevantes no âmbito da Gramática de Construções (GOLDEBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001, 2013; CROFT; CRUSE, 2004; TROUSDALE, 2008), de modo mais geral, e no âmbito da abordagem construcional da mudança linguística proposta por Traugott e Trousdale (2013), de modo mais específico.

Dessa forma, tratamos, pontualmente, de princípios básicos da Gramática de Construções – os quais são válidos para qualquer uma das variantes construcionistas – e de algumas das contribuições que, a nosso ver, podem ser atribuídas ao modelo formulado por Traugott e Trousdale (2013) para a compreensão da mudança.

Conforme discutimos, no âmbito da Gramática das Construções, Croft (2001) assume que a língua seria organizada como um estruturado inventário de unidades simbólicas e complexas, o qual compõe o conhecimento dos falantes sobre a língua. E esse inventário seria representado por uma rede taxonômica de construções organizada hierarquicamente. Sob essa perspectiva, algumas construções poderiam ser consideradas mais básicas ou mais gerais do que outras, e as construções basilares herdariam os atributos das construções de nível superior, podendo ultrapassá-los. Desse modo, quando uma nova construção é instanciada na língua, ela se submete a processos de fixação, de modo que seja pensada cada vez mais esquematicamente (GISBORNE; PATTEN, 2011).

Como também discutimos, Traugott e Trousdale (2013) igualmente assumem a noção de construção e a centralidade da noção de rede construcional e propõem um modelo que visa a tratar especificamente dos processos de mudança tanto no âmbito gramatical como no âmbito lexical. Nesse sentido, conforme apontamos, os autores, ao buscarem princípios correlatos para a explicação das mudanças que operam tanto na gramática como no léxico, propõem – a partir de uma perspectiva construcional – um modelo integrado para o estudo da mudança linguística em um âmbito mais geral.

Uma vez que as pesquisas que assumem os modelos construcionistas são bastante recentes no Brasil, especialmente no que se refere ao estudo de processos de mudança linguística, esperamos, portanto, que este trabalho tenha contribuído ao promover um debate sobre alguns dos princípios básicos da Gramática de Construções.

## Referências

- ANDERSEN, H. Actualization and the (uni)directionality. In: ANDERSEN, H. (ed.) **Actualization: Linguistic Change in Progress**. Amsterdam: Benjamins, 2001.
- BARLOW, M.; KEMMER, S. (eds.). **Usage based models of language**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B. D. & JANDA, J. (eds.) **The Handbook of Historical Linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Frequency of Use and the Organization of Language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- \_\_\_\_\_. Usage-based theory and grammaticalization In: NARROG, H.; HEINE, B. (eds.). **The Oxford handbook of grammaticalization**. New York: Oxford University Press, 2011.
- CROFT, W. **Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. Logical and typological arguments for Radical Construction Grammar. In: ÖSTMAN, J-O; FRIED, M. (eds.). **Construction grammars: cognitive grounding and theoretical extension**. Amsterdam: Benjamins, 2005.
- \_\_\_\_\_. Radical construction grammar. In: HOFFMANN, T; TROUSDALE, G. (eds.). **The Oxford handbook of construction grammar**. New York: OUP, 2013.
- CROFT, W.; CRUSE, A. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: CUP, 2004.
- FILLMORE, C. J. The mechanisms of ‘Construction Grammar’. In: AXMAKER, S.; JAISSER, A.; SINGMASTER, H. (eds.). **Berkeley Linguistic Society**, v. 14: General Session and Parassession on Grammaticalization. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1988.
- FRIED, M. Grammar and interaction: new directions in constructional research. **Constructions and frames**, v. 2, p. 125-133, 2010.
- \_\_\_\_\_. Construction Grammar. In: ALEXIADOU, A.; KISS, T. (eds.). **Handbook of Linguistics and Communication Science**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015. p. 974-1003.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal: EDUFRN, 2007.



FURTADO DA CUNHA, M. A. Polissemia construcional e convencionalização: o caso da construção ditransitiva. **Revista do GEL**, v. 10, p. 77-99, 2013.

GARCÍA-MIGUEL, J. M.; COMESAÑA, S. Verbs of cognition in Spanish: Constructional schemas and reference points. In: SILVA, A. S.; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (eds.) **Linguagem, cultura e cognição**, v. 1: Estudos de Linguística Cognitiva. Coimbra: Almedina, 2004.

GOLDBERG, A. **A construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Constructions: a new theoretical approach to language. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 7, p. 219-224, 2003.

\_\_\_\_\_. **Constructions at work**: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. Constructionist approaches. In: HOFFMANN, S.; TROUSDALE, G. (eds.). **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. New York: Oxford University Press, 2013.

KAY, P.; FILLMORE, J. C. Grammatical constructions and linguistic generalizations.: The What's X doing Y? Construction. **Language**, v. 75, p. 1-34, 1999.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**. What categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, R. W. Syntactic reanalysis. In: LI, C. (ed.) **Mechanisms of Syntactic Change**. Austin: University of Texas Press, 1977.

\_\_\_\_\_. **Cognitive grammar** : a basic introduction. New York: Oxford University Press, 2008.

TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

TRAUGOTT, E. C. Constructions in grammaticalization. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (eds.). **The handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003, p. 624-647.

\_\_\_\_\_. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. V. (eds.). **Variation, Selection,**

**Development:** Probing the Evolutionary Model of Language Change. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008a, p. 219-250.

\_\_\_\_\_. All that he endeavoured to prove was...: on the emergence of grammatical constructions in dialogic contexts. In: COOPER, R.; KEMPSON, R. (eds.). **Language in flux: dialogue coordination, language variation, change and evolution** . London: Kings College Publications, 2008b, p.1-31.

\_\_\_\_\_. Grammaticalization and Construction Grammar. In: CASTILHO, A. T. de. (org.). **História do Português Paulista**. vol.1. Campinas: Unicamp/Publicações IEL, 2009, p. 91-101.

\_\_\_\_\_. Grammaticalization and mechanisms of change. In: NARROG, H.; HEINE, B. (eds.). **The Oxford handbook of grammaticalization**. New York: Oxford University Press, 2011, p. 19-30.

\_\_\_\_\_.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and Constructional Changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

TROUSDALE, G. A constructional approach to lexicalization processes in the history of English: evidence from possessive constructions. **Word Structure**, 2008. p. 156-177.